

# José Carlos volta a acusar Fiúza

RICARDO AMARAL

BRASÍLIA — Em resposta ao depoimento do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), o economista José Carlos Alves dos Santos sugeriu à CPI da máfia do Orçamento que determine uma perícia nos despachos de liberação de subvenções sociais assinados por Fiúza quando era ministro da Ação Social. Em carta manuscrita à CPI, José Carlos diz que Fiúza recebeu já prontos os despachos das subvenções sociais de 1992 do deputado João Alves (PPR-BA) e apenas os assinou. Segundo o economista, embora tenham datas diferentes, as subvenções de interesse de Alves — no valor de CR\$ 13 bilhões (US\$ 4,2 milhões) — “foram despachadas pelo Fiúza em bloco, isto é, no mesmo dia e com a mesma caneta”.

Na denúncia de José Carlos, que foi entregue ontem ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), “os ofícios teriam datas diferentes, o que

funcionaria como despiste ou mascaramento”. O economista também explica por que tem tanta certeza de que Fiúza apenas assinava os despachos feitos por Alves — já naquela época afastado da Comissão de Orçamento do Congresso sob acusação de corrupção:

“Os ofícios não chegaram ao ministério via Correio, e não passaram por nenhum protocolo ou controle antecipado. Foram dados pelo deputado João Alves a mim, em envelope fechado, com recomendação expressa para que fossem entregues pessoalmente ao ministro Fiúza, que já estaria esperando, com urgência, e que eu aguardasse, pessoalmente, o despacho do ministro” — diz o economista a Passarinho.

Na carta, José Carlos também compromete mais ainda o atual líder do PMDB na Câmara, Genivaldo Correia, da Bahia, com o esquema de liberação de verbas das subvenções sociais. Diz o texto:

“Ressalte-se que o deputado

Genivaldo Correia funcionava como se fosse o intermediário, o elo de ligação, entre o ministro Fiúza e o deputado João Alves, pois o ministro não queria tratar diretamente com o deputado João Alves para não despertar a atenção.”

José Carlos fez várias referências ao bilhete manuscrito que ele recebeu do então ministro Fiúza, ao qual O GLOBO teve acesso na semana passada.

Depois de afirmar na correspondência a Passarinho que a Bahia foi o terceiro estado mais bem aquinhado pelas subvenções sociais, ele cita como primeiros o Rio, “onde predominaram as entidades relacionadas pelo deputado João Alves”, e o Ceará, “estado do senador Mauro Benevides e do deputado Carlos Benevides”. José Carlos cita, também, o deputado Fábio Ruanheitti e o ex-deputado Férres Nader, ambos do PTB do Rio, para mostrar que João Alves incluía no seu lote de liberações entidades controladas por outros parlamentares.